

MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO EM FAMÍLIAS NEGRAS DE SÃO PAULO (Projeto de Pesquisa)

*Maria de Lourdes Monaco Janotti e
Suely Robles Reis de Queiroz **

RESUMO

Desde 1987, vinte e dois pesquisadores estão desenvolvendo um projeto de "História Oral". Este trabalho já foi realizado e constituiu na coleta de testemunhos de membros de famílias negras, pertencentes a três gerações. Além dos depoimentos versarem sobre a condição social do negro revelam também memórias sobre a escravidão.

História oral — Famílias negras — Rememorações

Pesquisar sobre a memória coletiva deixou de ser uma tarefa exclusiva de psicólogos. Desde a década de 50 que ressurgiram, no campo da Sociologia e da História, interesses objetivados em trabalhos científicos sobre memórias individuais.

História Oral passou a designar, impropriamente, o discurso historiográfico que utilizava depoimentos orais como fontes, ou a mera gravação de entrevistas em fitas magnéticas.

Convém não esquecer que depoimentos orais sempre foram utilizados pelos historiadores, embora metamorfoseados em documentos escritos e, por isso mesmo, credores de veracidade.

Dentre as premissas que orientaram as autoras do projeto ora publicado está a convicção da importância de reunir fontes orais que, por sua natureza, não são menos verdadeiras que as escritas. São "histórias orais", representações do mundo narradas pelos próprios protagonistas: negros discriminados.

A intenção de publicar um plano de pesquisa — já plenamente realizado — é a de suscitar a colaboração crítica dos cientistas da área. A pesquisa de

(*) — Professoras-Adjuntas do Departamento de História da FFLCH, coordenadoras do projeto de pesquisa, que contou também com a participação de Inês da Conceição Inácio, Maria Conso-magno, Tânia de Lucca e Zita de Paula Rosa.

campo encerrou-se no mês de fevereiro de 1988, tendo sido registrados 114 depoimentos em 171 fitas e contactadas 45 famílias. Todo material coletado encontra-se depositado no Centro de Apoio à Pesquisa do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, à disposição dos consulentes. Os recursos financeiros foram obtidos junto a ANPOCS/Ford Foundation e ao CNPq.

1. Objetivos

- Aprofundar as discussões e os estudos teórico-metodológicos sobre o aproveitamento de fontes orais no trabalho historiográfico.
- Preservar depoimentos negligenciados pela historiografia, com vistas ao enriquecimento das perspectivas de abordagem em História Social.
- Registrar a memória que as famílias negras cultivam sobre a escravidão e as perspectivas que suas reminiscências vêm adquirindo através de gerações.
- Envolver a participação de estudantes de graduação e pós-graduação, de professores de 1.º e 2.º graus e de professores da Universidade de São Paulo e Universidades Federais na elaboração de uma metodologia de trabalho com fontes orais para o ensino e a pesquisa em História.
- Estabelecer, através das avaliações e críticas ao encaminhamento da pesquisa, inicialmente projetada para São Paulo, parâmetros suficientemente flexíveis para o seu desdobramento em outras regiões do país.
- Constituir acervo documental dos depoimentos colhidos em São Paulo, gravados em fita K-7 e respectivas transcrições, cujo depositário será o Centro de Apoio à Pesquisa Histórica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- Divulgar os resultados da pesquisa em reuniões científicas e promoções culturais ligadas ao centenário da Abolição da escravidão.
- Publicar as fontes colhidas acompanhadas de uma introdução metodológica e apreciações interpretativas.

2. Justificativa

A tradição historiográfica, sob o influxo do positivismo do século XIX, consagrou como modelo de documento histórico, fontes escritas, objetivas, neutras e fidedignas. Nesta concepção, depoimentos, autobiografias, informações provenientes da tradição oral passaram a ser consideradas como fontes suspeitas e de pouca confiabilidade histórica, por representarem testemunhos subjetivos, falíveis, cuja fidedignidade estaria comprometida por conteúdos tendenciosos e viesados. Se pouca credibilidade era dada a testemunhos pessoais escritos — ignorando que todos os tipos de fontes têm sua origem nos indivíduos —, as reminiscências orais, vistas como características de povos primitivos, foram praticamente ignoradas. Nelas se acentuavam aqueles aspectos negativos imputados a esse tipo de fonte, acrescidos da discriminação que a palavra falada experimentava numa concepção científica estabelecida sobre fontes escritas. Assim, enquanto documentos que deveriam propiciar ao historiador o resgate dos acontecimentos, “tal como sucederam”, as reminiscências mostravam-se equivocadamente inadequadas, só utilizadas em última instância e com extrema cautela.

As atuais correntes da historiografia, ao alargarem consideravelmente a concepção da prática historiográfica, têm dado ênfase especial à reavaliação dos critérios pelos quais se deve julgar as fontes históricas. Nessa perspectiva, entende-se que subjetividade, seletividade e falibilidade são aspectos relativos a toda produção do conhecimento e procura-se estabelecer de forma mais nítida-

da a existência de um lugar sócio-político-econômico e cultural de produção, em função do qual os métodos são instaurados e as indagações relativas aos documentos são organizadas.

A percepção dialética da relação passado-presente, contida nas lembranças, aponta para a necessidade de reavaliar as contribuições que a *memória* pode oferecer como fonte para os estudos históricos. Ao mesmo tempo, a crescente utilização da comunicação oral, mediatizada pela expansão dos meios de comunicação de massa, como rádio, televisão, cinema, discos, etc., indica a oportunidade de uma revisão das posturas historiográficas, que, até então, tinham nas fontes escritas seu único elemento de apoio.

Inicialmente, é necessário entender a memória não como *resgate* individual e solitário de um passado estático, mas como *reconstrução* dinâmica, que se elabora dentro de parâmetros sociais que resultam da inserção do indivíduo que rememora em um grupo que compartilha suas experiências e dá sustentação à sua lembrança. Como obra coletiva e dinâmica, a memória remete a todo um universo ideológico, no qual são equacionados dialeticamente os valores passados e presentes, rompendo a concepção linear do tempo histórico, permitindo uma avaliação mais rica das diversas formulações sobre o real e revelando, ainda, as exigências de um presente manifesto que permite dar ao passado um significado específico.

Tendo na linguagem o seu instrumento socializador, é enquanto discurso, enquanto *fala*, que a memória melhor explicita as convenções produzidas em sociedade que marcam os suportes da reconstrução do passado, constituindo-se no quadro mais elementar e mais estável da memória coletiva. Ademais, a voz é mais que a palavra pois, ao integrar-se ao sentido do conteúdo transmitido, empresta-lhe outros valores, enriquece-o e transforma-o, a ponto de fazê-lo, às vezes, significar mais do que diz.

O mais sólido e duradouro quadro social para a sustentação da memória, particularmente a oral, encontra-se na família. Como espaço social onde o indivíduo é fortemente destinado pela fixidez das relações de parentesco e onde, ao mesmo tempo, a personalidade individual ganha maior relevo, reminiscências sustentadas pelo grupo familiar subsistem mesmo após a desagregação do núcleo original de sua história. Tão sólidos são os vínculos criados no interior da família que em nenhum outro grupo se processa tão fortemente o fenômeno que transforma em reminiscências pessoais as lembranças de outros, fazendo da voz de um a fala de muitos.

Pretende-se, com o desenvolvimento deste projeto, preservar a memória que famílias negras têm sobre a escravidão, registrando-se suas reminiscências orais, até hoje negligenciadas como fontes possíveis para a historiografia brasileira.

Supérfluo seria ressaltar quão fundas marcas a escravidão negra imprimiu às várias faces da cultura e sociedade brasileiras. Em uma delas, na que se refere ao trabalho, afetaria o próprio conceito revestindo-o de uma conotação pejorativa; a valorização do ócio, o desprezo pelas ocupações manuais sempre associadas à figura do cativo foram atitudes que, com o correr do tempo, se integraram na "psicologia coletiva como um traço profundo e inarragável do caráter brasileiro".¹

Em relação ao fator trabalho, não se pode esquecer a especificidade histórica presente na sociedade brasileira, provocada pelo baixo nível cultural em que as imposições do sistema mantinham o escravo. Com a abolição, o negro liberto, apesar de ter adquirido uma nova situação legal e social, não teve condições que lhe permitissem enfrentar a competição com o assalariado imigran-

(1) — PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1957. p. 347.

te no processo de expansão agrícola e industrial, que tomava impulso no Centro-Sul. Em conseqüência, compôs uma massa que tem contra si o estigma da servidão anterior, a marca indelével da raça e da cor e passa a constituir o principal contingente das camadas pobres do País.²

Tais considerações apontam a importância de uma pesquisa que revele as reminiscências do negro sobre o seu passado, numa perspectiva dialética que esta memória assume, em razão de sua situação na sociedade brasileira.

No sistema de dominação engendrado, exigia-se uma compulsão ao trabalho capaz de produzir um rápido retorno do investimento que o escravo representava. Para obter mais facilmente tal compulsão, buscava-se anular a individualidade do cativo, reduzindo-o à condição de máquina destituída de vontade própria. Entretanto, o mito da docilidade negra vem sendo contestado por estudos feitos sobre as resistências não-insurrecionais e revoltas, claramente configuradas.³

“Estas formas de luta não foram esporádicas e decorreram em seqüência durante todo o período em que se manteve a instituição.”⁴

O passado escravista brasileiro tem sido reconstruído fundamentalmente sob a óptica de fontes produzidas no seio da classe dominante.

Com o registro da memória da escravidão, através do depoimento de famílias negras, obtêm-se fontes para o historiador de interlocutores que até o presente se têm constituído em “figurantes mudos” da História.⁵

A originalidade do projeto se exprime, pois, no método, nas técnicas empregadas, nas perspectivas de seus resultados e, principalmente, na opção por um tipo de fonte até agora inexistente para a compreensão da escravidão no Brasil.

A pesquisa será desenvolvida em São Paulo. Como se sabe, a escravidão negra aí foi significativa somente no século XIX, em virtude da evolução econômico-social seguida pela região, que obedeceu a uma agricultura policultura e de subsistência, trabalhada essencialmente pela mão-de-obra ameríndia.

O negro escravo foi completamente inexpressivo nos três primeiros séculos de colonização, surgindo em número crescentemente significativo a partir do final do século XVIII, quando São Paulo, através da lavoura de cana, se integrou em uma economia de exportação, obedecendo ao trinômio tradicional: monocultura, grande propriedade, escravidão negra. Daí para a frente foi grande o afluxo de negros, intensificando-se rapidamente com o cultivo do café. A concentração de escravos acompanhou aquelas zonas de grande lavoura por excelência: o Vale do Paraíba e o centro-oeste paulista, tendo Campinas como núcleo irradiador.

Em 1871, São Paulo contava 173.267 escravos, basicamente fixados nas áreas produtoras de café. Destes, “ao redor de 56 mil (...) estavam localizados no Vale do Paraíba, sendo que Bananal e Guaratinguetá compareciam com os

(2) — AZEVEDO, Thales de. *Democracia racial: ideologia e realidade*. Petrópolis, Vozes, 1975. p. 26.

(3) — Cf. GENOVESE, Eugene. *Da rebelião à revolução: as revoltas de escravos negros nas Américas*. Trad. Carlos Eugênio Marcondes Freitas. São Paulo, Global, 1983. p. 18-23.

(4) — QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/INL, 1977. p. 201.

(5) — Nos Estados Unidos surgiram vários trabalhos reproduzindo depoimentos de cativos e ex-cativos, por ali existirem maiores facilidades de preservação desses registros. Ao contrário do Brasil, em alguns Estados norte-americanos desenvolveu-se uma política de incentivo à reprodução do negro, favorecendo, para tanto, a organização familiar e sua estabilidade.

maiores estoques. Em todos os 112 municípios paulistas, só Campinas e Piracicaba (...) possuíam mais escravos que aquelas duas cidades valeparaibanas".⁶

Embora a presença escrava em São Paulo tenha sido relativamente recente, se comparada à das áreas nordestinas, por exemplo, sua atuação pode ser até mais representativa para a pesquisa em curso. As práticas capitalistas avançavam, o sistema escravista se desagregava e era preciso extrair do negro trabalho no limite de suas forças. As tensões produzidas por tais circunstâncias aumentaram a violência do sistema, gerando um impacto que pode ter repercutido na memória familiar com maior intensidade.

As localidades a serem selecionadas para a pesquisa seriam naturalmente aquelas do Vale do Paraíba e do centro-oeste, onde se concentrou a maior massa escrava. Daí a opção pelos municípios de São José do Barreiro, Silveiras, Areias, Bananal, São Luís do Paraitinga. Todos eles foram áreas de escravaria e permanecem à margem dos troncos ferroviários, constituindo núcleos que Monteiro Lobato chamaria de "cidades mortas". Podem-se ali encontrar ainda antigas fazendas produtoras de café no século XIX, perfeitamente conservadas, onde talvez existam descendentes de escravos em maior número.

A Capital de São Paulo também foi selecionada para a pesquisa. Em razão da urbanização e da industrialização intensas, recebeu ela numerosa população de fora, na qual a presença do ex-escravo se dilui, conferindo uma situação diversa para as famílias negras, em relação à daquelas confinadas nas antigas fazendas.

Eventualmente, localidades como Campinas, Piracicaba, Taubaté, Guaratinguetá poderão ser envolvidas na pesquisa por terem-se constituído em áreas de grande concentração de escravos e, à semelhança de São Paulo, experimentarem acentuadas transformações urbano-industriais.

3. Fundamentos teórico-metodológicos

A riqueza do movimento histórico é apreendida pelo constante exercício de busca da pluralidade de testemunhos que apontam para as contradições e a descontinuidade, em oposição à teia do discurso do poder, que homogeniza e encadeia os fatos, ignorando ou minimizando as indefinições, os insucessos e as divergências. Na tentativa de se escapar a essa teia, pretende-se dar voz e preservar para o trabalho do historiador as fontes que permitam questionar as versões sobre o negro na sociedade de classes, centradas nas simplificações ideológicas que desconhecem a importância da representação simbólica para a interpretação.

Nessa concepção, a revisão crítica proposta não está preocupada em desconsiderar abordagens diferentes, pois as compreende limitadas por pressupostos teóricos rígidos, que procuram apreender no passado um real e uma verdade absolutos. Tal revisão se impõe na incansável diligência de fazer emergir múltiplos testemunhos, mergulhando em seus significados próprios e nos seus significados adquiridos, com o intuito de privilegiar a diversidade, a complexidade e as contradições da vida humana.

Como acentua Walter Benjamin, em vez de se apoiar numa concepção de tempo cronológica e linear, o historiador deve ser capaz de identificar a carga subjetiva que impregna determinados momentos, conferindo-lhes alternâncias de duração na memória. Nestes momentos é possível ao estudioso perceber, no passado, "os germes de uma outra história, capaz de levar em consideração

(6) — MOTTA SOBRINHO, Alves. *A civilização do café*. São Paulo, Brasiliense, 1978, p. 99.

os sofrimentos acumulados e de dar uma nova face às esperanças frustradas", fundando um outro conceito de tempo, o "tempo de agora".⁷

Em lugar de fixar uma imagem eterna do passado, a pesquisa sobre a memória de famílias negras deve constituir-se em uma outra experiência com o passado, pois para ele se voltam pesquisadores e entrevistados, com estímulos diferentes.

Na relação que se estabelece entre os interlocutores durante a pesquisa, ganha expressão a força da narrativa criadora sobre o passado.

A narrativa, segundo Benjamin, sugere a continuidade e o enriquecimento do relato pelo seu ouvinte, que se constitui em um novo narrador. Nessa perspectiva, narrador e ouvinte se inserem num fluxo narrativo comum, vivo, onde a história continua aberta a novas propostas e ao fazer juntos.⁸ Cada relato ensaia, pois, um novo relato, que desencadeia um outro que, por sua vez, traz um quarto..., revelando a dinâmica ilimitada da memória. E o historiador verdadeiramente atento ao passado não distingue grandes e pequenos acontecimentos, mas leva em conta o pressuposto de que nada que um dia aconteceu pode ser perdido ou negligenciado.⁹ Dessa forma, se a memória pode ser preservada ou esquecida por interferências ideológicas, isto também pode ocorrer por uma questão de método e de forma de tratamento das fontes.

Como observa Claude Lefort, é ilusão imaginar que existe um passado fixo à espera de alguém que o resgate, isento de paixões.

Não é a distância adquirida em relação ao passado que pode conferir à experiência antiga a positividade de que estava privada quando era presente.¹⁰ Portanto, o conhecimento do passado se impõe ao historiador como resposta ao desenvolvimento do presente, na prática e no discurso social *aqui e agora*, objetivando discernir, *pelo trabalho de interpretação, o vazio "aqui e acolá" camuflado na plenitude das representações* e surpreender seu conteúdo oculto.¹¹

Dessa forma, a publicação de reminiscências que compõem uma memória da escravidão permitirá um exercício de interpretação sobre um conjunto de representações até agora inexplorado. Esse conjunto de versões dos vencidos propiciará o questionamento das vertentes do pensamento dos vencedores, que adota modelos redutores das contradições, racionalizadores das incoerências e transformadores da pluralidade numa unicidade lógica do real.

Expressar a pluralidade e repor a figura de dominados no centro da história é o referencial mais amplo de uma pesquisa com tais fundamentos teórico-metodológicos.

Maurice Halbwachs, em suas obras *La mémoire collective* e *Les cadres sociaux de la mémoire*, desenvolve uma teoria psicossocial, onde o ato de lembrar não significa reviver o passado ou recuperá-lo, mas reconstituí-lo, repensá-lo com imagens e idéias do presente. E Eclea Bosì, ao confrontar as teorias da memória de Henri Bergson ("imagens-lembranças") e de Halbwachs (memória coletiva) oferece sua contribuição, elaborando a noção de "memória-trabalho":

(7) — Cf. BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 2.^a ed. São Paulo, Brasiliense, 1986. p. 229-31.

(8) — Cf. BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 2.^a ed. São Paulo, Brasiliense, 1986. p. 200.

(9) — Idem, *ibidem*, p. 223.

(10) — Cf. LEFORT, Claude. *As formas de História*. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes e Marilene de Souza Chauí. São Paulo, Brasiliense, 1979. p. 256-78.

(11) — Cf. LEFORT, Claude. *As formas da História*. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes e Marilene de Souza Chauí. São Paulo, Brasiliense, 1979. p. 286-94.

“Todo e qualquer trabalho, manual ou verbal (...) acaba se incorporando na sensibilidade, no sistema nervoso do trabalhador; este, ao recordá-lo na velhice, investirá na sua arte uma carga de significação e de valor talvez mais forte do que a atribuída no tempo da ação”.

Desta forma, para a autora, “a memória do trabalho é o sentido, é a justificação de toda uma biografia”.¹²

A impossibilidade de se recuperar o passado “tal como foi” liga-se diretamente à ação transformadora do tempo que modifica as pessoas em sua percepção da realidade, em sua escala de valores e em seu juízo moral; é o presente, resultado das mudanças trazidas pelos anos, que emprestará ao passado um significado próprio.

A rememoração do passado, porém, obedece a parâmetros que não são determinados só pelo indivíduo mas resultam da sua integração em um grupo social, que compartilha suas experiências e cuja existência permanente é condição básica para que a memória se efetive. Assim, segundo Halbwachs, embora seja o indivíduo o memorizador, sua memória só se sustenta no interior de um grupo, cuja função não se resume a um preenchimento de lacunas ou à correção de possíveis enganos da recordação individual. É indispensável que haja entre o grupo e o memorialista uma identidade que ultrapasse os vínculos puramente afetivos e atinja um teor ideológico. Havendo essa identidade, a rememoração do passado se opera a partir de dados e de noções comuns aos membros do grupo, fazendo com que o passado daquele que rememora seja, na realidade, o de muitos.

Mas, se por um lado, nesse processo de recriação coletiva incorporamos como nossas as lembranças de outros, a desagregação do grupo significa a perda do passado, o seu esquecimento; se recordar é obra coletiva, esquecer é fruto do isolamento, da fragmentação, do distanciamento, da ruptura daqueles vínculos que orientavam a elaboração memorialística do grupo.

É em observação a todas essas características que Halbwachs ressalta que, embora um mesmo indivíduo pertença, no decorrer de sua existência, a vários grupos sociais que se sobrepõem e por vezes se interpenetram, é na família que podemos encontrar o quadro social mais estável para a reconstrução da memória. O enraizamento num solo comum, o constante diálogo, a transmissão cotidiana de uma “história da família” que ressalta características que parecem definir a existência de uma natureza íntima e única desse grupo, criam vínculos que superam até mesmo a desagregação de seu núcleo gerador.

A complementaridade entre o pensamento de Halbwachs, Benjamin e Lefort sobre o passado e sua memória induziu tanto a constituição do objeto dessa pesquisa — memória da escravidão em famílias negras —, quanto a definição de posturas do pesquisador ao se debruçar sobre esse objeto.

4. Técnicas de pesquisa

A técnica de histórias de vida e de depoimentos pessoais tem-se revelado um instrumento eficaz para os profissionais das ciências humanas, sendo significativo o número de monografias onde ela figura como principal ferramenta de trabalho.¹³

(12) — BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979. p. 398-9.

(13) — CAMARGO, Aspásia; ROCHA LIMA, Valentina da; HIPÓLITO, Lúcia. O método de histórias de vida na América Latina. In: *Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos*, (19), jun. 1984. p. 148-81.

Suas origens encontram-se na Psicologia.¹⁴ Contudo, é fundamental ressaltar a profunda diferença entre os procedimentos adotados por historiadores e psicólogos. Esses têm por objetivo a compreensão da formação e desenvolvimento da personalidade, ou seja, o indivíduo e as relações que estabelece com o meio. Já os sociólogos pretendem através dos sentimentos, experiências e opiniões expressas por um grupo selecionado, segundo critérios pre-determinados, delinear um modo de agir ou pensar coletivo.¹⁵

A produção das fontes históricas esteve quase sempre a cargo das classes dominantes e, até bem recentemente, tal fato não era encarado como uma questão. A coleta de histórias de vida pode ser inserida no amplo esforço de registrar a palavra de indivíduos que, sem a mediação do pesquisador, não deixariam nenhum testemunho.¹⁶ Assim, as fontes a serem obtidas abrem novas perspectivas para o entendimento da história, pois amplificam vozes que, em outras circunstâncias, não se fariam ouvir.

Os dados fornecidos pelos depoimentos são, por excelência, qualitativos¹⁷ e sua utilização pelo historiador não pode prescindir de informações originárias de outras fontes. Essas também devem ser mobilizadas no sentido de compor um quadro o mais completo possível, quando objeto de interpretação. Nesse contexto, as histórias de vida têm o mérito de atuar enquanto elemento relativizador de certezas. Paul Thompson avaliou com precisão as implicações metodológicas decorrentes do recurso às fontes orais:

“La méthode des récits de vie a au moins le mérite de nous mettre en face de la violence qui peut être faite à la conscience d'autrui lorsque nous lui imposons nos propres catégories (...). De façon encore plus directe, les matériaux d'historie orale peuvent montrer que nous présumons tout simplement faux. En tant qu'intellectuels professionnels appartenant à la fois aux couches moyennes et à un moment historique particulier, nous ne sommes que trop facilement enclins à généraliser à partir de notre propre expérience et à considérer comme allant de soi que cette expérience a été également celle d'autres groupes à d'autres périodes; ou bien, à l'inverse, à croire à son caractère absolument unique.”¹⁸

Além de permitir o confronto de diferentes “verdades”, as histórias de vida redimensionam a clássica questão do papel que deve ser atribuído ao indivíduo no processo histórico. A própria técnica dos depoimentos pode ser considerada uma reação à tendência de reduzir todas as explicações históricas a determinações estruturais. Por outro lado, é necessário ter sensibilidade suficiente para não cair no extremo oposto e terminar por supervalorizar a atuação dos personagens.¹⁹

(14) — BASTIDE, Roger. Introdução a dois estudos sobre a técnica das histórias de vida. In: *Sociologia*, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 15(1):3-7, mar. 1953.

(15) — Veja: MOREIRA, Renato Jardim. A história de vida na pesquisa sociológica. In: *Sociologia*, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 15(1), mar. 1953. PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. História de vida e depoimentos pessoais. *idem*, p. 8-24.

(16) — ROY, Teresa M. Malatian. História oral. Separata da Revista *Estudos Históricos* do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNESP, Júlio de Mesquita Filho, Marília, (15):124, 1976.

(17) — KOSMINSKY, Ethel. Pesquisas qualitativas: a utilização da técnica de histórias de vida e de depoimentos pessoais em sociologia. In: *Ciência e Cultura*, 38 (1):30-36.

(18) — THOMPSON, Paul. Récits de vie et changement social. In: *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Presses Universitaires de France, v.69:254, jul./déc.1980.

(19) — ROY, Teresa M. Malatian. *ob. cit.* p. 130.

A — A busca dos narradores

• Localização das famílias

Como se assinalou, as reminiscências, base documental da pesquisa, serão colhidas em famílias negras que vivem em diversas regiões do Estado de São Paulo, inclusive na Capital, sendo privilegiadas aquelas áreas econômicas onde a escravidão se apresentou de maneira marcante.

É necessário ressaltar as dificuldades próprias desta fase do trabalho, que a tornam lenta. Para se chegar às famílias serão necessárias várias visitas aos diversos locais, assim como o estabelecimento de contatos com pessoas das regiões. Pode-se contar, para esta primeira aproximação, com a colaboração de professores locais, membros de Sociedades Amigos de Bairro, de associações religiosas, esportivas e culturais, etc. Não se pode esquecer, ainda, a importante contribuição que os moradores mais antigos, espontânea e eventualmente, oferecerão a esta busca. Portanto, para a localização destas famílias será realizado todo um trabalho preliminar de sondagem e investigação.

• Seleção das famílias

O tema "MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO" impõe alguns critérios mínimos para a seleção das famílias. Para que o trabalho tenha um corpo documental convincente, faz-se necessário o estabelecimento de um "PERFIL IDEAL" das famílias entrevistadas. Cabe ressaltar que este perfil é provisório, já que ainda não foi testado em campo. Pretende-se buscar famílias com pelo menos três gerações adultas que tenham a escravidão como um dos temas da memória e que sejam residentes há longo tempo nas localidades cogitadas.

• Entrevistas preliminares

Tais meios possibilitarão avaliar se este perfil se ajustará à realidade da pesquisa. Ainda nestes contatos, os membros da família tomarão ciência dos objetivos do trabalho, bem como da técnica a ser utilizada. Serão informados a respeito da possibilidade de publicação dos depoimentos, desde que devidamente autorizada por eles.

Somente depois de realizadas as entrevistas preliminares é que se fará a seleção definitiva de famílias e locais.

Todas as etapas do trabalho de campo serão precedidas de treinamentos, leituras e discussões em grupo. No caso das entrevistas preliminares, os pesquisadores serão acompanhados, em campo, pelos supervisores.

B — Entrevistas preparatórias e processo de gravação

Depois de selecionadas as famílias, alguns contatos ainda serão necessários para a definição de datas e horários para as entrevistas, tendo cada sessão, no máximo, a duração de hora e meia. A experiência de outros trabalhos análogos mostra que seria este o limite ideal para a duração de uma entrevista, evitando o cansaço do pesquisador e daquele que relembra.²⁰ Entretanto, será a disposição do entrevistado que indicará ao pesquisador a duração ideal de um encontro; cabe a este perceber o momento de parar ou prosseguir.

Optou-se por uma linha de pesquisa em que o entrevistado é livre para lembrar.²¹ Sendo assim, parece pouco satisfatória a adoção de um questionário

(20) — JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco, coord. Memória e Estado Novo. *Resumos do XIII Simpósio Nacional de História*. Curitiba, 21 a 26 de julho de 1985.

(21) — THIOLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquête operária*. 2.^a ed. São Paulo, Pólis, 1981.

rio aplicável a todas as pessoas envolvidas. Este grau de diretividade tornaria impossível a apreensão do universo e das preocupações dos informantes e acabaria por impor questões e problemáticas a eles estranhas, mais ligadas ao universo dos pesquisadores.

Por outro lado, concordamos com Maria Isaura Pereira de Queiroz quando questiona a existência de técnicas não-diretivas, pois o grupo investigador estabelece o tema do trabalho, seleciona os informantes e, a partir dessas duas opções, orienta a aplicação da técnica.²² A interferência do entrevistador deve ser controlada e limitada, mas não escamoteada, porque, de fato, ela existe.

Portanto, far-se-ão ENTREVISTAS PARTICIPATIVAS, nas quais o entrevistador e o entrevistado deverão desenvolver um relacionamento baseado no respeito, na franqueza e na confiança.

Depois de realizadas as entrevistas, haverá a coleta das autorizações, que serão padronizadas e permitirão a divulgação dos depoimentos.

C — A transcrição

A fase da transcrição, isto é, da passagem dos depoimentos em fitas para texto escrito, envolve problemas específicos. Depois de registrados os depoimentos, o conjunto de fitas se apresenta como um material de difícil manuseio e relativamente frágil, sendo desaconselhável o uso abusivo do gravador. Feitas as transcrições, o pesquisador não precisa mais recorrer, com freqüência, ao gravador, e os depoimentos podem ser consultados com facilidade.

Para que este trabalho seja válido, a transcrição deve ser o mais fiel possível ao depoimento gravado; portanto, o ideal é que ela seja realizada por aquele que esteve envolvido no processo de gravação, e que poderá identificar melhor as situações vividas nos momentos da entrevista. A fim de serem discutidas as exigências próprias do trabalho de transcrição, haverá um treinamento específico dos entrevistadores antes de se iniciar esta fase.

Depois de prontas as transcrições, serão enviadas cópias às famílias entrevistadas.

D — Constituição do arquivo

O objetivo deste arquivo é possibilitar aos pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento o acesso a fontes inéditas de difícil obtenção.

O material coletado de cada núcleo familiar será desmembrado em três partes: a) Conjunto de fitas; b) Conjunto de transcrições; c) Conjunto de autorizações. Cada elemento será adequadamente identificado para que se possa refazer o todo. Esse material será classificado a partir do local onde residem as famílias. Portanto, teremos, no conjunto das fitas, divisões por local e, dentro de cada local, divisões por famílias, o mesmo ocorrendo com as transcrições e autorizações.

E — Controle das técnicas utilizadas

Estão previstos encontros regulares do grupo para a realização de seminários sobre a bibliografia pertinente, bem como para a discussão, avaliação e reorientação das técnicas e das experiências vividas no campo.

A bibliografia básica sobre o tema já é de domínio do grupo, pois este se constituiu em agosto de 1986.

Além da minuciosa preparação para o desempenho das diferentes atividades, mecanismos de avaliação específicos foram construídos para todas as fa-

(22) — QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo, CERU & FFLCH-USP, 1983. p. 67-9.

ses do projeto. Foi igualmente previsto o treinamento de supervisores que atuarão em outros Estados, nos possíveis desdobramentos posteriores desta pesquisa.

F — Publicação da pesquisa

A preparação dos originais para publicação será de responsabilidade da coordenação e dos supervisores.

O plano provisório compõe-se das seguintes partes:

1. Introdução: explicitação da perspectiva teórico-metodológica e do objeto do trabalho.
2. Depoimentos precedidos por comentários.
3. Perspectivas de aproveitamento das fontes para o trabalho científico.

5. Cronograma das atividades previstas.

Anos/Meses	1987												1988					
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	
Atividades																		
• Constituição das equipes																		
• Treinamento teórico-metodológico																		
• Treinamento técnico das entrevistas																		
• Levantamento e seleção das famílias a serem entrevistadas																		
• Contatos informais com as famílias selecionadas																		
• Registro de depoimentos																		
• Treinamento técnico das transcrições																		
• Realização de transcrições																		
• Análise e crítica dos testemunhos																		
• Avaliação das atividades realizadas																		
• Treinamento de supervisores de outros Estados																		
• Organização do material para publicação																		
• Editoração																		

6. Perspectivas de desdobramentos da pesquisa.

A pesquisa a ser realizada em São Paulo, no período de março de 1987 a maio de 1988, deverá desdobrar-se em etapas subseqüentes em outros Estados. Entendimentos entre professores de Universidades Federais e as coordenadoras deste projeto garantiram a possibilidade de estendê-la a outras regiões do País.

Para que a memória sobre a escravidão adquira maior abrangência, deve ser registrada a variedade de nuances que as reminiscências adquiriram em regiões historicamente diferenciadas.

Dessa forma, pretende-se, com as necessárias adaptações, realizar esta mesma pesquisa no Nordeste (Alagoas, Bahia, Maranhão e Paraíba — no período de março de 1988 a maio de 1989), no Rio de Janeiro e em Minas Gerais (no período de março de 1989 a maio de 1990).

Algumas razões justificam a solicitação de financiamento unicamente para a pesquisa no Estado de São Paulo — primeira etapa deste projeto:

1.^a) a experiência inicial do trabalho somente em São Paulo permite aperfeiçoar as técnicas de pesquisa e as perspectivas metodológicas, garantindo o controle e a crítica sobre as atividades próprias de cada fase,

2.^a) a coleta de reminiscências geradas no universo econômico do complexo cafeeiro é bastante significativa para fazer emergirem as representações da família negra frente às contingências enfrentadas, tanto em atividades agrárias quanto nas urbano-industriais.

3.^a) o treinamento de supervisores de outros Estados representa economia de recursos na medida em que terão vivenciado as dificuldades da pesquisa, e ao retornarem poderão, mais rapidamente, organizar o trabalho em sua região. Além disso, ao multiplicar a experiência no próprio local onde ela se realiza pela primeira vez, tornar-se-ão muito mais rápidos os passos preparatórios para seus desdobramentos.

4.^a) as professoras Maria de Lourdes Monaco Janotti, que já desenvolveu pesquisa com fontes orais, e Suely Robles Reis de Queiroz, que realizou estudos sobre a escravidão, constituíram e estão coordenando um grupo de trabalho composto de docentes universitários, alunos de pós-graduação e graduação, que desde agosto de 1986 vêm trabalhando no presente projeto.

7. Recursos humanos

A pesquisa será desenvolvida por grupo constituído de duas coordenadoras, quatro supervisores de pesquisa de campo em São Paulo, quatro supervisores de outros Estados, treze pesquisadores e três datilógrafos.

São atribuições:

a) das coordenadoras:

- assegurar sólida formação teórico-metodológica do grupo;
- orientar estudos sobre a escravidão em São Paulo e a integração do negro na sociedade de classes;
- aferir a adequação das técnicas empregadas;
- treinar os supervisores;
- acompanhar a execução de todas as fases do projeto;
- dirigir a organização do arquivo de depoimentos;
- preparar o texto final a ser publicado;
- responsabilizar-se junto às Agências Financiadoras pela execução do projeto.

b) *dos supervisores:*

- participar da busca e seleção das famílias;
- acompanhar os pesquisadores nas entrevistas prévias;
- observar as reações dos entrevistados e entrevistadores, sugerindo aperfeiçoamentos técnicos às coordenadoras;
- responsabilizar-se pelo acompanhamento do trabalho com três famílias;
- organizar o arquivo de fontes;
- auxiliar as coordenadoras na publicação.

No caso de supervisores de outras regiões, estes devem selecionar e treinar os pesquisadores locais em colaboração com as coordenadoras.

c) *dos pesquisadores:*

- participar dos seminários teórico-metodológicos;
- localizar, contatar e entrevistar as famílias selecionadas;
- desenvolver as atividades de acordo com a orientação dos supervisores;
- transcrever as entrevistas.

Para a melhor execução do trabalho, serão ainda necessários: dois datilógrafos revisores das transcrições feitas pelos pesquisadores e um datilógrafo do texto final.

Recebido para publicação em 4 de janeiro de 1988

ABSTRACT

Since 1987, twenty two researchers are developing a project of Oral History. This work has just been completed. It consist in collecting testimonies among black families, from different cities of São Paulo State, about their own social condition. The members of each family contacted talked about slavery traditional stories.

Oral history — Black families — Memories

